MARINA JUNQUEIRA NETTO DE AZEVEDO BARROS
28/10/2026 16:29

Comissão de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição
Biênio 2024/2026

Ata de reunião n. 3/2026

1. Informações da reunião

Data: 19/10/2026 **Hora:** 16h **Tipo:** ordinária

Formato: virtual **Plataforma:** Google Meet

2. Participantes

Integrantes (membros e suplentes)	
Magistrada, indicada pelo Tribunal - membro suplente	Exma. Desembargadora Marina Junqueira Netto de Azevedo Barros
Magistrado de 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) magistrados(as) do 1º grau	Exmo. Juiz Daniel Rocha Mendes
Magistrado de 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) magistrados(as) do 1º grau	Exmo. Juiz Ivan Alberto Palma
Servidor, escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos(as) os(as) interessados(as) - membro suplente	Oswaldo José Costa da Sila Leme
Servidora lotada no 1º grau, eleita por votação direta pelos(as) servidores(as)	Ana Cristina de Azevedo
Servidor lotado no 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) servidores(as)	Anderson Teixeira Veiga
Participantes	
Magistrado indicado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região - AMATRA-2	Exma. Juíza Rebeca Sabioni Stopatto
Servidor do TRT-2, representando o SINTRAJUD	Henrique Sales Costa

Ausências justificadas		
Atribuição	**Nome**	**Motivo**
Magistrada indicada pelo Tribunal	Exma. Desembargadora Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira	Solicitou desligamento da Comissão

Magistrado escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos(as) os(as) interessados(as)	Exmo. Juiz Luis Fernando Feóla	Solicitou desligamento da Comissão

3. Pauta

Item	Assunto
I	Atualização das demandas dos diretores de Varas
II	SINTRAJUD - Requerimento para redução do horário de atendimento ao público
III	PROAD nº 32742/2026 - Pleito dos assistentes de juiz de 1º grau
IV	Atualização sobre o conteúdo da reunião dos Comitês Gestores Regionais da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau (06/10/2026)

4. Breve relato

A reunião foi conduzida pela Desembargadora Marina Junqueira. que iniciou com as boas-vindas aos(às) presentes. Dentre os assuntos abordados, destacam-se:

I. Ofícios pendentes de resposta

A Desembargadora Marina Junqueira informou que, após o envio dos ofícios, como deliberado na reunião de 15/06/2026, restaram dois sem resposta: um da Corregedoria (sobre a divulgação do sistema e-Garimpo) e outro da Presidência (sobre duplicidade de bloqueios e automação de transferências no Sisbajud).

Foi debatida a conveniência de reenviar os ofícios, considerando a mudança da gestão. O Colegiado concordou por unanimidade em reencaminhar os ofícios para a atual gestão da Presidência e da Corregedoria, fazendo-se a observação de que se trata de uma renovação de pleito da gestão anterior, com vistas a dar ciência à nova administração.

II. Redução do horário de atendimento ao público nos balcões das Varas

Houve debate acerca do requerimento do Sintrajud (Proad nº 20923/2026) para reduzir o horário de atendimento ao público, das atuais 11h30 às 18h para 11h30 às 17h.

Foi ressaltado que a proposta da Administração/Corregedoria sugeria alterar para 10h30 às 17h (mantendo a carga horária de 6 horas e meia, mas antecipando o início). Representantes sindicais e membros argumentaram que o expediente após as 16h/17h nos fóruns é praticamente nulo e que a redução atende a um pleito de servidores (como mães lactantes).

Por consenso, a Comissão optou por apoiar a proposta do Sintrajud (atendimento das 11h30 às 17h), ressalvando-se que as audiências em curso continuam inalteradas e não se confundem com o horário de atendimento ao público do balcão.

III. Pleito dos assistentes de juiz de 1º grau

Foi analisado o pedido dos assistentes de juiz de 1º grau (atualmente enquadrados como FC-5) para alteração de sua estrutura para CJ-1 ou, alternativamente, a concessão da Gratificação pelo Exercício de Atividades de Alta Complexidade, Técnica e Administrativa (GAACTA).

Foi debatido a eventual discrepância entre as estruturas funcionais do 1º e do 2º graus de jurisdição, considerando a similaridade das atribuições desempenhadas, notadamente na comparação entre as funções de assessoramento e os cargos de assistente de diretor de Vara, classificados como CJ-1.

A Dra. Rebeca registrou que o pedido também foi feito para a AMATRA-2 que manifestou apoio institucional ao pleito.

A Comissão aprovou, a nível de apoio institucional/político, a reivindicação dos assistentes de juiz, reconhecendo a necessidade de paridade e valorização das funções de assessoramento de 1º grau, cientes de que a efetivação depende de projeto de lei ou reestruturação orçamentária junto ao CSJT.

IV. Reunião Nacional dos gestores com o CNJ realizada em 06/10/2026

A Desembargadora Marina Junqueira relatou os principais pontos abordados na reunião dos Comitês Gestores Regionais da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, ocorrida no dia 06/10/2026 e conduzida pela Conselheira Noemia Porto (TRT-10), atual supervisora da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Entre os principais pontos, a Des. Marina destacou a criação de metas e indicadores de desempenho que permitirão medir a efetividade das ações das Comissões frente às exigências do CNJ e a auditoria coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça que se realizará entre novembro de 2026 e julho de 2027. Segundo a conselheira Noemia Porto, será enviado convite para participação na Reunião de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, agendada para manhã do dia 30/11/2026, em Fortaleza/CE, antecedendo o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário. As atividades serão realizadas em formato de oficinas com temas a serem definidos a partir das respostas aos formulários que foram enviados até 15 de outubro de 2026, seguidas de uma sessão plenária.

O juiz Daniel Rocha Mendes colocou-se à disposição para representar a Comissão no Encontro, caso seja indicado pela presidência.

V. Outros assuntos

A Des. Marina repassou orientações sobre o cronograma de inscrições na intranet para a composição da Comissão no próximo biênio. Esclareceu-se aos membros eleitos sobre a necessidade de submissão formal da candidatura, independentemente de recondução.

Os membros foram alertados sobre os prazos regimentais para a formalização das inscrições via intranet.

Os membros participantes pela AMATRA-2 e pelo SINTRAJUD, não precisam realizar a inscrição individual, já que são indicados por essas entidades.

A próxima reunião ordinária da Comissão deverá ocorrer após a consolidação da nova composição e definição de agenda pelos novos eleitos/indicados (com provável data entre dezembro de 2026 e janeiro de 2027).

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	**Responsável pelo cumprimento**
Reenviar as demandas dos diretores de varas para a Presidência e Corregedoria.	DGA
Fazer informação de apoio da Comissão ao pleito dos assistentes de juízes (Proad nº 32742/2026)	DGA
Fazer informação manifestando concordância com o horário proposto pelo Sintrajud para atendimento do balcão das varas (Proad nº 20923/2026)	DGA

6. Próxima reunião ordinária

A ser agendada após eleição dos novos membros da Comissão.

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.

ANEXO

Anotações realizadas durante a reunião do dia 06 de outubro de 2026

Conselheira - Noemia Porto (Magistrada do TRT10) - Supervisora da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição
Secretária - Janaína Castilho de Souza é a pessoa que recebe, organiza e sistematiza a documentação e as ações ligadas à Política.
Coordenador - Magistrado Thiago Henrique Teles Lopes

A Conselheira pontuou que é da sua responsabilidade e supervisão de Políticas Nacionais, dentre elas, a Política Nacional de Priorização do 1º Grau, dentre outras políticas (acessibilidade, enfrentamento ao assédio, idoso, saúde e segurança e fórum de carreiras do CNJ).

Ressaltou que a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição foi um marco que propiciou a todos a discussão da equalização, padrões de lotação mínima, e destacou a importância de todos os graus de jurisdição.

Diagnóstico - ainda há alguns problemas de conformidade normativa da Política de Priorização; a Política do CNJ não está sendo 100% cumprida.
Além disso, está numa nova fase, embora a política tenha apresentado desenvolvimento inicial, acabou estagnando (estado de platô). Desafio de, não apenas buscar a conformidade normativa, mas também discutir balizas para avanço nos próximos anos.
Nesse sentido, os comitês/colegiados são fundamentais para a aplicação da política; são as suas maiores fontes de êxito, e são os que conseguem perceber e informar os diagnósticos.

Ações em desenvolvimento
- Ação coordenada com a auditoria;
- Retomar reuniões periódicas com membros dos Comitês Regionais;
- O Comitê Nacional reuniu-se ontem e há representação de todos os órgãos regionais.
- Debater sobre o que está em curso e o atual estágio da Política.

Objetivo comum - Espera-se que, de algum modo, seja possível atualizar e tornar a política mais adequada às necessidades, considerando que as Resoluções CNJ nº 194/2014, 195/2014 e 219/2016 não contemplaram todas as demandas.

Informação relevante - O CNJ irá realizar auditoria em todos os Tribunais. Será um trabalho conjunto para tornar a política atual, concreta e realista.
O magistrado Felipe Berkenbrock Goulart é o responsável pela auditoria coordenada (a ser realizada no período de 09/11/2026 até jul/2027) sobre a política de priorização em todos os ramos da justiça e visa a análise da conformidade, do andamento dos trabalhos e dos resultados obtidos.
O CNJ coordenará a atuação integrada, cabendo a cada secretaria de auditoria dos tribunais executar as ações e enviar os relatórios para análise final do Conselho.

Há um questionário para preenchimento pelos integrantes do Comitê/Comissão Regional (somente 11 dos 91 tribunais responderam) e outro questionário dirigido aos magistrados do 1º grau (até o momento, foram recebidas mais de 1500 respostas).
O levantamento ocorrerá até 15/out, e servirá de base para a compilação dos dados e elaboração de diagnóstico sobre os principais temas, desafios e a maturidade da Política.

20º Encontro Nacional do Poder Judiciário – realização em 30/11 em Fortaleza/CE

Durante o encontro serão realizadas oficinas. As reuniões das oficinas serão segmentadas pelos ramos do Poder Judiciário (similar às reuniões sobre metas), com ideias e proposições para atuação dos colegiados e aperfeiçoamento normativo, a partir do diagnóstico dos questionários.
Busca-se extrair dados para propor mudanças pontuais e/ou estruturais dos normativos.
Após as oficinas, pretende-se realizar uma plenária final, considerando que determinados temas debatidos em oficinas possam ser úteis aos demais órgãos.

Os temas das oficinas não estão definidos, já que dependem das respostas aos questionários que o Conselho receberá até 15/out.
A princípio, as oficinas não serão transmitidas de forma virtual, mas o conteúdo poderá ser repassado após a realização das mesmas.
Existe também a ideia de se abrir um prazo para recebimento de sugestões, além daquelas recebidas durante as oficinas.
Os Tribunais receberão Ofício do CNJ com informações mais detalhadas sobre o Encontro.
Talvez haja possibilidade de participação de 1 a 3 integrantes do colegiado.

Será realizada nova reunião, ainda sem data definida, antes do Encontro do dia 30/nov, para fazer um trabalho prévio a fim de amadurecer os temas a serem debatidos nas oficinais.
Recomendou-se que os colegiados proponham questões a serem debatidas nessa reunião.

Sugestões apontadas durante a reunião:
- Demandas relacionadas à lotação nas comarcas de difícil provimento;
- Problemas de assessoramento (FC's, CJ's, lotação de servidores) a magistrados de 1º grau de uma forma geral;
- Estabelecimento de teletrabalho em lugares de difícil acesso;
- Discussão sobre o Art. 12 e §§ da Resolução CNJ nº 219/2019 (assessoramento ao 1º grau);
- Capacitação aos integrantes dos Comitês para aprimorar a ação dos colegiados;
- Análise sobre a rotatividade/mudança de membros dos colegiados, que ocorre a cada 2 anos, o que dificulta a continuidade dos trabalhos;
- Aprimoramento dos fluxos de trabalho.

Informações disponibilizadas no chat pela Sra. Janaína Castilho

Resumo com os tópicos apresentados:

1. Abertura e contextualização

Abertura pela Conselheira e pelo Dr. Thiago, destacando a importância da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e o papel dos Comitês Gestores Regionais em sua implementação.

2. Ações em desenvolvimento no âmbito da Política

Apresentação das principais iniciativas em andamento para análise e fortalecimento da Política

3. Levantamento nacional sobre a Política

Apresentação dos levantamentos direcionados aos Comitês Gestores Regionais e aos(às) magistrados(as) do primeiro grau, com destaque para seus objetivos e públicos. Os resultados serão consolidados para subsidiar o diagnóstico da Política e a definição dos principais temas e desafios a serem trabalhados nas oficinas.

4. Reunião da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau – Oficinas de 30/11

Apresentação da proposta da atividade que antecederá o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Fortaleza/CE, contemplando:
- objetivos e resultados esperados;
- público participante;
- organização dos trabalhos por ramo de Justiça;
- utilização dos resultados dos levantamentos como subsídio;
- dinâmica preliminar das oficinas e metodologia;
- compartilhamento de boas práticas e construção coletiva de propostas para o aprimoramento da Política.

5. Orientações finais e esclarecimentos

Apresentação dos próximos passos para organização das oficinas e esclarecimento de dúvidas dos participantes.

Principal encaminhamento da Reunião de hoje: importante os Comitês Gestores Regionais prepararem sugestões/proposições/boas práticas para levarem aos debates das Oficinas do dia 30/11.

Solicitamos, por gentileza, que respondam ao formulário direcionado a membros de Comitês Gestores sobre a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau:

📣 **Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau**

O formulário direcionado aos membros dos Comitês Gestores Regionais busca conhecer o grau de maturidade da Política nos tribunais, contemplando aspectos relacionados à atuação dos Comitês, à sua participação na gestão e no planejamento, bem como aos avanços, boas práticas e principais desafios identificados.

📝 *Formulário para membros dos Comitês Gestores Regionais* : https://formularios.cnj.jus.br/atencao-prioritaria-gestores

🗓️ Prazo para preenchimento: *15 de outubro de 2026* .

Contamos com sua resposta e agradecemos a colaboração para o fortalecimento da Política.

Conselheira Noemia Porto
Supervisora da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição CNJ

Também solicitamos apoio para divulgação do formulário direcionado a magistrados(as) de 1º grau:

📣 Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

Prezados(as) Magistrados(as),

O Conselho Nacional de Justiça está ouvindo magistrados(as) do primeiro grau para conhecer suas percepções sobre a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e sobre as condições vivenciadas nas unidades judiciárias.

As respostas contribuirão para identificar avanços, necessidades e desafios e subsidiar futuras ações do CNJ para o fortalecimento da Política.

📝 Formulário para magistrados(as) do primeiro grau: Questionário para Magistrados de 1o grau – Política de Atenção Prioritária ao 1o grau – Sistema de G…

🗓️ Prazo para participação: 15 de outubro de 2026.

Contamos com a participação e agradecemos a colaboração!

Noemia Porto
Conselheira do Conselho Nacional de Justiça
Supervisora da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição